

<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/359813546>

### Reverberações da avaliação educacional no Brasil\*

---

Cristiane Machado

BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A. (Org.) *Ciclo de debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013. 296 p. v. 2.

O livro organizado por Adriana Bauer e Bernadete A. Gatti é o segundo volume da sistematização das reflexões feitas nos três encontros do Ciclo de Debates – Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, realizado pela Fundação Carlos Chagas durante o ano de 2012. Composto por 14 textos divididos em quatro partes, este volume registra estudos, pesquisas e ponderações sobre os reflexos de 25 anos de avaliação educacional nos sistemas e nas redes de ensino.

A Parte I, “Implicações das avaliações de sistemas educacionais”, é composta por sete artigos que apresentam resultados de pesquisas. Manuel Palácios Cunha e Melo, em “Sistemas de avaliação e reforma educacional: possibilidades e desafios”, examina a centralidade da reforma educacional em curso no Brasil, sustentada pela expansão da avaliação

---

\* Esta resenha faz a análise do volume 2 do livro. A resenha do volume 1 foi publicada no número 242 da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep)*.

educacional com conexões com a gestão da educação básica. O autor destaca, como evidências dessas reformas, os objetivos de “profissionalizar a gestão da educação pública” (p. 31) e “o combate ao uso clientelista da administração educacional” (p. 32) presentes nas iniciativas de avaliação educacional em curso. Ressalta como desafios para os sistemas de avaliação a importância de assumir o compromisso com a aprendizagem, como oposição ao fracasso escolar, de forma equilibrada e justa; a confiabilidade e a validade das medidas perpetradas pelas avaliações; e a participação das universidades no fortalecimento profissional dos agentes educacionais e na edificação de uma cultura educacional que assuma o direito à educação como meta.

Em “Avaliação educacional no Brasil 25 anos depois: onde estamos?”, Alícia M. C. de Bonamino parte de uma retrospectiva dos 25 anos de avaliação dos sistemas educacionais no Brasil considerando a existência de quatro gerações de avaliação nessa trajetória histórica. Buscando responder à questão colocada no título do artigo, a autora sinaliza ter “uma resposta e uma aposta”. A resposta refere-se ao aprendizado em constante desenvolvimento na valorização do uso de dados para projetar ações de melhoria da qualidade do ensino; a aposta se fundamenta na percepção da possibilidade de as escolas compararem seus resultados presentes com os anteriores e, também, com os de outras escolas análogas, numa perspectiva diagnóstica e formativa que ofereça subsídios para seus profissionais direcionarem as ações.

No artigo “Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro: interface de experiências estaduais e municipais de avaliação da educação básica com iniciativas do governo federal”, Sandra Zákia Sousa, respaldada em pesquisas que investigaram algumas iniciativas de avaliação da educação básica dos governos estaduais e municipais, afirma existir uma estreita relação entre essas experiências e as empreendidas no âmbito federal, indicando uma tendência à aceitação da concepção da ação estatal e sua lógica de gestão da educação pautada na classificação e na premiação de escolas e alunos, com base na comparação das proficiências destes últimos. A autora acentua, ainda, a proximidade desse contexto com a agenda mundial de implantação de um “Estado avaliador”, que “controla os produtores e os produtos”, realçando a “assimilação do conceito de quase mercado na gestão educacional”, o que, pondera, são elementos “incompatíveis com a concretização do direito de todos à educação” (p. 81).

Romualdo Portela de Oliveira tece considerações que contemplam perspectivas e limites do uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como indicador de qualidade na gestão da política educacional no artigo “A utilização de indicadores de qualidade na unidade escolar ou por que o Ideb é insuficiente”. Embora o autor defenda a existência de um indicador de qualidade como mecanismo para efetivar a garantia do direito constitucional de um padrão de qualidade para todos os cidadãos, a formatação e a metodologia do Ideb são consideradas limitações para seu uso como tal: possíveis distorções entre o contingente de matriculados no começo do ano nas séries avaliadas e o número efetivo dos alunos que fazem as provas, uma vez que essa relação não é considerada para

efeitos do cálculo; uso de recursos artificiais para aumentar as taxas de aprovação como forma de ampliação da nota; possível estímulo para que alunos considerados com probabilidade de baixo desempenho faltem no dia da prova; não consideração da dispersão das notas na escola e no sistema, somente das médias, o que pode fortalecer a desigualdade no interior das instituições se estas optarem por investir naqueles alunos que já têm bom desempenho como forma de inflar a nota.

Em “Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes”, Elba Siqueira de Sá Barreto parte da problematização de questões relacionadas aos modelos de gestão do currículo e ao profissionalismo docente para realçar aspectos presentes nas políticas de avaliação em curso. Salienta a autora que as transformações operacionalizadas nas políticas na última década têm “levado à reificação do papel da avaliação como promotora da qualidade do ensino” (p. 111), à excessiva padronização dos currículos e ao implacável controle das práticas docentes. Ao finalizar, aborda o debate sobre o estabelecimento de expectativas de aprendizagens em âmbito nacional como forma de orientar o trabalho de redes e escolas sobre o currículo e assegurar metas de desempenho dos alunos.

Com base em pesquisas sobre as avaliações de sistema empreendidas pelos estados, Nigel Brooke, em “Políticas estaduais de responsabilização: buscando o diálogo”, expõe argumentos para contribuir com o debate sobre o conceito *accountability*, entendido como “cobrança de resultados por parte do governo no cumprimento de seu papel de representante dos interesses da coletividade”, na forma de “prestação de contas” e “responsabilização” (p. 121). O autor sublinha estudos elaborados nos Estados Unidos e no Brasil que discutem criticamente, de forma oposta em relação à aceitação ou recusa, o uso dos resultados das avaliações na perspectiva de responsabilização que acabam por produzir alto impacto para a educação e as escolas, conhecido como *high stakes*, para concluir que “há exageros de ambos os lados” (p. 142).

No último artigo da Parte I, “Caminhos da avaliação de sistemas educacionais no Brasil: o embate entre a cultura da auditoria e a cultura da avaliação”, Luiz Carlos de Freitas caracteriza o processo em curso que está, conforme o autor, transformando a “cultura da avaliação”, ainda em fase embrionária, em uma “cultura da auditoria” (p. 148). Expõe os limites desse processo em dez tópicos, dentre eles: estreitamento curricular; fraudes; precarização da formação do professor; e ameaça à própria noção liberal de democracia. Finaliza apresentando documento formulado por profissionais reunidos no Seminário de Avaliação e Políticas Públicas Educacionais, ocorrido entre 16 e 18 de agosto de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que expressa preocupações em relação aos aspectos da responsabilização, da meritocracia e da privatização em curso no atual momento da política educacional brasileira.

Na Parte II, “Aprofundando o debate”, são apresentados quatro artigos produzidos por comentaristas e debatedores após a realização dos encontros do Ciclo de Debates que “retratam pensamentos e ponderações por eles suscitados” (p. 21). Jefferson Mainardes examina as transformações no currículo, na pedagogia e na avaliação referenciando-se nas ideias

de Bernstein em "As relações entre currículo, pedagogia e avaliação no contexto das avaliações de sistemas educacionais". Em suas argumentações, ressalta que as políticas de avaliação de sistemas, como qualquer política, produzem consequências para os sujeitos da educação e para as classes sociais e, embora possam ser percebidos aspectos positivos, ainda não atingem as questões fulcrais para a construção de um sistema educacional não seletivo, não excludente e efetivamente democrático (p. 189).

Em "Experiências do Estado do Rio Grande do Sul em destaque: interfaces com as políticas de avaliação federais", Flavia Obino Corrêa Werle problematiza a relação das redes municipais com as avaliações em larga escala. As pesquisas conduzidas pela autora no seio do Observatório da Educação do qual faz parte têm evidenciado a não institucionalização das políticas de avaliação empreendidas pelos municípios, o que pode não assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento das iniciativas adotadas. Alvaro Moreira Hypólito, em "Necessária meta-avaliação das políticas de avaliação", examina a premência em se avaliar as políticas de avaliação, "já que copiamos e vimos copiando" iniciativas de políticas semelhantes efetivadas em outros países sem, no entanto, "considerar as críticas realizadas" pelos gestores que dirigiram essas ações (p. 213). Finalizando esta Parte II, Lucíola Licínio Santos, em "A avaliação em debate", aprecia as fragilidades das avaliações de sistema e enfatiza pontos importantes para a avaliação ser coerente com a perspectiva da justiça social, destacando que "é necessário deslocar a avaliação do campo da gestão e recontextualizá-la no campo do ensino" (p. 243).

Na Parte III, "Intervenções", são destacadas as "reflexões" manifestadas pelos debatedores. Essas reflexões estão agrupadas nos temas: *accountability*; aspectos metodológicos e técnicos; avaliação de sistemas e autonomia federativa; avaliação e currículo; avaliação e gestão educacional; políticas de avaliação; políticas de bonificação; e usos de resultados. Nilma Fontanive comenta não ser pessimista em relação à forma pela qual a *accountability* está sendo aplicada no Brasil, refutando a possibilidade de ocorrências de demissão de professores e fechamento de escolas, conforme exposto por Luiz Carlos de Freitas. Aspectos metodológicos e técnicos como periodicidade das avaliações, profusão imensa e replicação de exames pelos sistemas de ensino e margem de erro nas avaliações são destaques colocados por Dalton Andrade, Joaquim Soares Neto e Nigel Brooke, respectivamente, dentre outros. Nilma Fontanive aborda a relação da avaliação de sistemas com a autonomia federativa e ressalta que a descentralização da ação escolar ocorrida com a municipalização, impulsionada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), trouxe como consequência a necessidade de controle e padronização como forma de garantia do direito à aprendizagem para todas as crianças.

Alessio Costa Lima, dentre outros participantes, chama a atenção para a necessidade de interação das políticas de avaliação com outras políticas governamentais, como as curriculares. Clarilza Prado de Sousa e Alicia Bonamino ponderam a importância do uso da avaliação como instrumento de gestão educacional. Características, conceitos e abordagens das políticas

de avaliação em curso no País são evidenciados por Nilma Fontanive e Nigel Brooke. Considerações sobre os impactos nas escolas, alunos e professores em relação às políticas de bonificação são destaques de Nilma Fontanive, que comenta pesquisa de Nigel Brooke, Dalton Andrade e Alessio Costa Lima. Por fim, o debate em torno dos usos de resultados das avaliações é incrementado com intervenções de Nilma Fontanive, Nigel Brooke e Dalton Andrade, que destacam a relevância dos resultados incidirem diretamente no processo de ensino.

A Parte IV, "Considerações finais", é composta por dois artigos. Primeiramente, Adriana Teixeira Reis condensa os resultados dos grupos de trabalho em "Relações entre formação docente, currículo e delineamento dos sistemas de avaliação: síntese de um debate", concluindo que a discussão sobre avaliação indica desafios em relação a alguns temas, como formação, currículo, planejamento e gestão, que não devem ser vistos de forma isolada. Realça a autora que "a busca por uma educação com mais qualidade, que seja considerada uma referência no caminho para eliminar as desigualdades que ainda guardamos nos diferentes sistemas de ensino do País, ainda está por ser conquistada, apesar de todos os aspectos já conquistados" (p. 279).

Adriana Bauer encerra a publicação com o artigo "Limites, desafios e possibilidades das avaliações de sistemas educacionais: contribuições do ciclo de debates para as políticas de avaliação", retomando algumas questões discutidas que demandam aprofundamento. A autora relaciona e pontua analiticamente 13 temas que marcaram de forma recorrente as preocupações dialogadas no encontro: "finalidade da educação; educação e desenvolvimento social; avaliação, reforma educacional, gestão de sistemas de ensino e escolas; Ideb; metodologia de avaliação; federalismo e expansão dos sistemas de avaliação nas esferas estaduais e municipais; relações entre avaliação externa e currículo; relações entre avaliação externa e formação de professores; usos de resultados das avaliações; papel da avaliação na definição da qualidade da educação; cultura de avaliação; conceito de responsabilização e políticas de responsabilização e suas consequências e meta-avaliação" (p. 284). Finaliza salientando que os debates promovidos pela Fundação Carlos Chagas se constituíram em um ciclo "não apenas pelo caráter dialético que as discussões de cada etapa assumiram, mas pela natureza do debate interessado, que não cessa: as convergências, controvérsias e questões em aberto suscitaram novas discussões, por sua vez, levarão a novas convergências e controvérsias, em um movimento constante" (p. 294).

---

Cristiane Machado, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí (Univas) em Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil.

cristiane13machado@yahoo.com.br